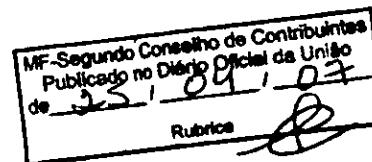




MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

---

Processo nº 10875.003088/2002-56  
Recurso nº 130.903 Voluntário  
Matéria COFINS. RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.  
Acórdão nº 203-11.864  
Sessão de 01 de março de 2007  
Recorrente DOCEIRA CRISTALINO LTDA.  
Recorrida DRJ em CAMPINAS-SP



NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.  
RESTITUIÇÃO. LANÇAMENTO POR  
HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA. PRAZO.

É de cinco anos contados a partir do pagamento antecipado o prazo para pleitear a repetição de indébito relativo a tributo sujeito ao lançamento por homologação.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

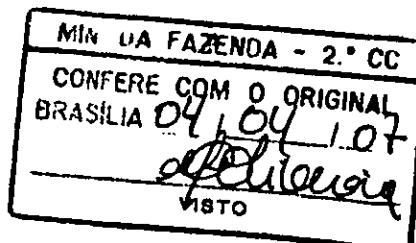
ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, face à decadência.

*Antônio Bezerra Neto*  
ANTONIO BEZERRA NETO

Presidente

*Sílvia de Brito Oliveira*  
SÍLVIA DE BRITO OLIVEIRA

Relatora



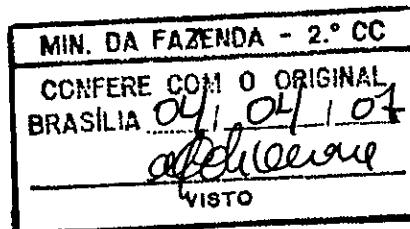
Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Antonio Ricardo Accioly Campos (Suplente), Odassi Guerzoni Filho, Eric Moraes de Castro e Silva e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Cesar Piantavigna.

Ausente o Conselheiro Valdemar Ludvig.



/eaal



## Relatório

A pessoa jurídica qualificada nos autos deste processo formalizou em 9 de maio de 2002 pedido de restituição de pagamentos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) relativos ao período de apuração de abril de 1992 a fevereiro de 1997, com a principal alegação de que, por ferir o princípio da isonomia, o tratamento privilegiado dispensado às instituições financeiras, na determinação da base de cálculo da Cofins, deve ser estendido às demais pessoas jurídicas.

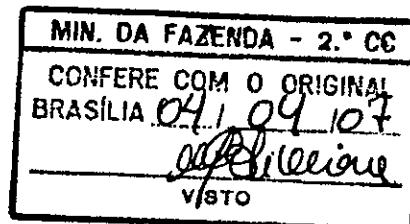
Posteriormente, foram apresentados pedidos de compensação e transmitida Declaração de Compensação em 8 de junho de 2003.

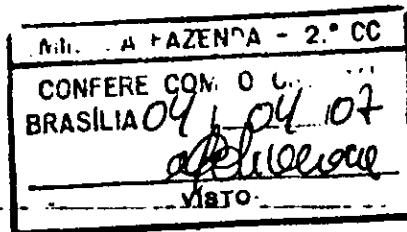
O pedido foi indeferido, conforme Despacho Decisório de fls. 111 a 113, ensejando a apresentação de manifestação de inconformidade à Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Campinas- SP que, de acordo com o voto condutor do Acórdão de fls.126 a 128, manteve o indeferimento do pleito

Tempestivamente, foi apresentado o recurso voluntário de fls. 252 a 267, em que a recorrente apresentou extenso arrazoado, com citação de doutrina e jurisprudência, sobre o prazo decadencial para a repetição de tributos sujeitos ao lançamento por homologação, sustentando a decadência decenal e, no mérito, reiterou os termos aduzidos no pedido de restituição e na impugnação e afirmou a necessidade de se sobrestrar a cobrança dos débitos objeto das compensações, em conformidade com o art. 74, § 11, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Ao final, a recorrente solicitou o provimento total do seu recurso para reconhecimento do crédito pleiteado.

É o Relatório.





## Voto

Conselheira SÍLVIA DE BRITO OLIVEIRA, Relatora

No exame do prazo decadencial para repetir o indébito tributário, na hipótese de tributo sujeito ao lançamento por homologação, convém trazer a lume o art. 150 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece, *ipsis litteris*:

*Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.*

*§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.*

(...)

*§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.*

(Grifou-se)

O prazo para pleitear a restituição de pagamento indevido é tratado no art. 168 do CTN, que assim estabelece:

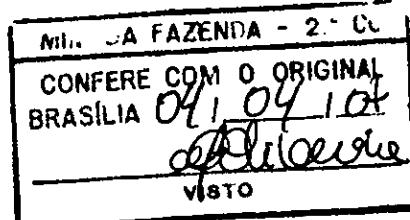
*Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:*

*I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário;*

*II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.*

Ora, da literalidade das disposições acima transcritas infere-se que o prazo de decadência em questão é quinquenal e seu termo inicial é a data da extinção do crédito tributário.

A polêmica incitada pela peça recursal diz respeito então ao marco temporal dessa extinção, defendido pela recorrente como sendo o momento em que se resolve a condição referida no art. 150, § 1º, acima transrito, pela homologação do lançamento. Sendo assim, na hipótese de homologação tácita, esse marco temporal ocorreria no quinto ano do fato gerador correspondente ao pagamento efetuado, em consonância com o § 4º desse mesmo art. 150.



CC02/C03  
Fls. 289

Para fixar o termo inicial do prazo em questão, o art. 168 do CTN diferenciou apenas hipóteses de indébito tributário, não fazendo distinção entre extinção do crédito tributário sem condição e sob condição. Ocorre, porém, que, ao tratar da extinção do crédito tributário, o art. 156 desse mesmo Código estabeleceu, *ipsis litteris*:

*Art. 156. Extinguem o crédito tributário:*

*I - o pagamento;*

*(...)*

*VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º;*

*(...)*

Observe-se, pois, que o art. 156 do CTN, em seus incisos I e VII, caracterizou e bem diferenciou o mero pagamento, concernente aos tributos em geral, e o pagamento antecipado, intrinsecamente relacionado aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, para definir o momento em que ocorre a extinção do crédito tributário.

Ora, na redação do referido inc. VII, utilizou-se do conectivo “e” para afirmar a necessidade de concorrência de duas condições para se operar a extinção do crédito tributário na hipótese de lançamento por homologação, quais sejam, o pagamento antecipado e a homologação do lançamento.

Destarte, à luz apenas das disposições do CTN, poder-se-ia dizer que assiste razão à recorrente relativamente à defesa do prazo decenal, contado a partir do fato gerador, para repetição de indébito sujeito ao lançamento por homologação, na hipótese em que tratar-se de homologação tácita. Entretanto, não se pode olvidar que a Lei Complementar nº 118, de 9. de fevereiro de 2005, estabeleceu que a extinção do crédito tributário ocorre no momento do pagamento antecipado, conforme dicção do seu art. 3º, que assim dispõe:

*Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei.*

Cabe então enfrentar a razão recursal relativa a inaplicabilidade da Lei Complementar nº 118, de 2005, à hipótese destes autos, por tratar-se de pedido formulado antes do seu advento.

Sobre isso, convém focalizar a cláusula de vigência desse mesmo diploma legal assim formulada no seu art. 4º que prescreve:

*Art. 4º Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação, observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.*

(Grifou-se)

Ora, o art. 106, inc. I, do CTN trata exatamente da aplicação retroativa de lei, com a seguinte dicção:

*Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:*

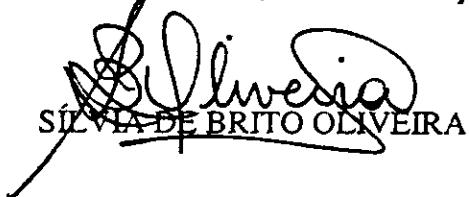
*I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;*

*(...)*

Em face disso, a defesa oposta pela recorrente fenece diante dessas disposições legais e, considerando que, conforme comprovantes de pagamento constantes destes autos, o pagamento mais recente objeto do pedido de restituição data de 10 de março de 1997, a conclusão que se impõe é que os créditos peticionados pela recorrente foram atingidos pela decadência, em 10 de março de 2002, operada com o decurso do prazo quinquenal contado a partir do pagamento efetuado.

Pelas razões acima expendidas, voto por negar provimento ao recurso, em face da decadência, que, por constituir prejudicial da análise de mérito, afasta a apreciação das demais razões recursais.

Sala das Sessões, em 01 de março de 2007



SÍLVIA DE BRITO OLIVEIRA

MIN. DA FAZENDA - 2.º CG
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 04/04/2007
<i>oliveira</i>
VISTO